

OS DESAFIOS DA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS PANDEMIA

Thays Cristina Rodrigues Cangussu de Freitas ¹

RESUMO

Considerando as adaptações necessárias ao currículo escolar de educandos com necessidades educacionais, objetiva-se apresentar neste trabalho, um dos instrumentos utilizados nas escolas, para realizar o atendimento educacional especializado, de jovens matriculadas no sistema regular/especial de ensino. Para tanto, segundo a bibliografia pesquisada, procede-se a utilização do diagnóstico psicopedagógico realizado por profissional formado e especializado em Psicopedagogia clínica. Esta atuação está amparada pela Legislação Federal nº 10.891, de 20 de setembro de 2001, que traz orientações para o efetivo atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, sendo autorizado pelo Poder Executivo a implantação da assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem. Desse modo, observa-se que o principal ganho advindo do uso do diagnóstico realizado por um psicopedagogo clínico é o atendimento específico das dificuldades de aprendizagem de cada estudante, favorecendo desta forma sua escolarização, visto que neste documento, considera-se as competências e potencialidades de cada estudante, dentro de sua particularidade. Contudo, vivemos e ainda vivenciamos uma pandemia global que mudou o rumo da educação. Se estes profissionais antes, atendiam os estudantes presencialmente nas escolas, como esta atuação se deu durante e se dará na retomada escolar pós pandemia? Portanto, o principal objetivo deste trabalho, foi realizar uma revisão da bibliografia afim de acompanhar as mudanças que ocorreram na educação neste período letivo e pandêmico que ainda vivenciamos, e quais serão os maiores desafios dos professores e principalmente dos psicopedagogos clínicos na retomada escolar - pós pandemia.

Palavras-chave: Educação; Pandemia do coronavírus; Psicopedagogia;

1. INTRODUÇÃO

Atualmente entre profissionais da educação, muito se tem debatido sobre qual é a real função da escola. Segundo PIRES et al (2015, p.6):

A escola tem um papel fundamental, uma vez que é a instituição responsável por oportunizar a criança seu primeiro convívio social, sem a presença da família. Juntos, família e escola devem se responsabilizar pela formação humana dos aprendizes. Entretanto, embora a maior responsabilidade da formação dos valores seja da família,

¹ Especialista em Psicopedagogia clínica e institucional pela Faculdade Intervale. Graduação em Ciências Biológicas, licenciatura e bacharelado em Gestão Ambiental, pela PUC MINAS – MG; thayscrdefreitas@gmail.com

em grande parte a escola se vê obrigada a assumir quase que integralmente a formação para os princípios e valores universais. Nesse cenário, o papel do professor é ampliado.

Portanto, observa-se que o autor nos leva a entender que a escola tem uma grande função social, visto que a aprendizagem, habilidades e valores adquiridos pelos estudantes só ocorrem após a convivência social do indivíduo no ambiente escolar.

No entanto, nota-se que estes debates tem tomado outro caminho atualmente, principalmente após o fechamento das escolas, devido a Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Antes, observávamos que os professores das escolas mais tradicionais do país, preparavam as suas aulas, apresentavam o tema à turma, e exercícios eram aplicados para fixar o aprendizado. Em escolas com maior estrutura, outros espaços não formais de ensino poderiam ser utilizados como bibliotecas, museus, zoológicos e parques. Por último, havia a aplicação de uma prova de conhecimentos; caso o estudante obtivesse o mínimo de 60% de aproveitamento, este era considerado apto para avançar nas séries seguintes. Se o aluno não obtivesse o aproveitamento mínimo, a chance de uma recuperação era dada pela escola. Em casos recorrentes de não aprendizagem, pedagogos e psicopedagogos eram acionados na tentativa de prevenir, diagnosticar e tratar estes problemas de aprendizagem identificados nos estudantes.

Contudo, como já mencionado, esta era uma realidade típica da maioria das escolas brasileiras, anteriormente a Pandemia instalada no mundo em 2020. Entretanto, quais serão os desafios enfrentados pelos profissionais da psicopedagogia clínica na educação pós pandemia?

Segundo dados publicados no ano de 2001 pela Organização Mundial de Saúde, estima-se que 10% de toda a população mundial têm necessidades educacionais especiais. Estas podem ser de diversas ordens - visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. No Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano de 2019, havia em nosso território cerca de 1,2 milhões de pessoas entre 4 e 17 anos de idade, com necessidades educacionais, matriculadas nas escolas públicas e particulares, sendo observado inclusive um aumento considerável de 10,8% entre os anos de 2017 e 2018.

No entanto, acredita-se que estes dados estejam desatualizados, pois muitas crianças não estão devidamente matriculadas na escola, e mesmo que todas as pessoas

contidas na faixa etária escolar, estivessem devidamente matriculadas, entende-se que suas necessidades especiais podem ainda não terem sido diagnosticadas por um profissional habilitado. Entretanto, devemos considerar ainda, que muitas crianças e adolescentes possuem dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento escolar, não sendo necessariamente caracterizado por uma doença ou transtorno, e por isso, ressalta-se aqui, o importante papel do psicopedagogo clínico, que tem identificado ao longo dos anos a melhor maneira de ajudar o educando a aprender, compreendendo o que de fato, pode estar causando o bloqueio na aprendizagem do mesmo.

Portanto, o principal objetivo deste trabalho, foi realizar uma revisão da bibliografia afim de acompanhar as mudanças que ocorreram na educação neste período letivo e pandêmico iniciado em 2020 do qual ainda vivenciamos, e quais serão os maiores desafios dos psicopedagogos clínicos após a retomada escolar pós pandemia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA

Ao pesquisarmos a origem da Psicopedagogia, verificamos que a preocupação com os problemas de aprendizagem teve origem no continente Europeu, ainda no século XIX. No entanto, somente em 1946 observa-se o surgimento dos primeiros Centros Psicopedagógicos. Segundo Bossa (2007), J. Boutonier e George Mauco foram os criadores destes primeiros centros e através deles buscava-se na época unir os estudos da psicologia, da psicanálise e da pedagogia, para a realização de tratamentos de pessoas que apresentavam dificuldades na aprendizagem escolar.

Todavia, somente a partir da década de 50 é que a psicopedagogia se configurou na América do Sul. A Argentina, pioneira na América Latina, deu início à formação universitária em 1956. No Brasil, registra-se a Psicopedagogia somente em 1970, quando cursos com enfoque psicopedagógicos são criados nas universidades.

Hoje, 51 anos depois, verifica-se que muitos profissionais atendem em consultórios como psicopedagogos. A formação inicial destes profissionais é a graduação em Psicologia, ou Pedagogia ou alguma licenciatura, que posteriormente é acrescida de uma especialização em Psicopedagogia clínica e/ou institucional, com duração mínima de 600 horas. No entanto, o curso de Psicopedagogia também pode ser

encontrado hoje, na modalidade de graduação, oferecida por algumas instituições de ensino com a titulação de bacharelado.

Portanto, nota-se que seu estudo no Brasil é recente. No entanto, vale ressaltar que muitos ganhos já foram conquistados na educação através desses profissionais que se mostraram efetivos na prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas de não aprendizagem.

2.2 ASPECTOS BÁSICOS DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO

Sabe-se que todo diagnóstico psicopedagógico é em si uma investigação ou procura de entendimento do que não vai bem com o sujeito investigado, em relação a uma média esperada. Portanto, quando o aproveitamento mínimo de 60% não é observado em algum estudante, nota-se que na maioria das vezes é a escola quem observa este não aproveitamento, e conseqüentemente é ela quem emite um comunicado aos pais de que alguma intervenção deve ser realizada através do trabalho do pedagogo ou psicopedagogo da própria unidade escolar, que são geralmente os responsáveis por esta primeira interferência.

Comumente, o profissional responsável pela interferência pedagógica vai em busca dos professores que convivem com o estudante no ambiente escolar, no intuito de levantar dados sobre toda a vida acadêmica e social do aluno dentro do espaço escolar; um relatório é elaborado por este profissional e posteriormente é entregue aos pais, que agora podem compreender o provável motivo do seu filho (a) não está dentro dos índices mínimos solicitados pela escola, para que este, avance para as séries seguintes.

Por sua vez, os pais que não compreendem ou não concordam com o relatório pedagógico entregue pela escola, vão posteriormente em busca de outros profissionais fora do ambiente formal de ensino; tais especialistas geralmente tem a formação nas áreas de psicologia ou psicopedagogia.

No que lhe concerne, psicólogos ou psicopedagogos realizam relatórios e pareceres em suas consultas, confirmando ou decodificando quais os problemas foram observados por eles que podem estar sendo o motivo do fracasso escolar. Contudo, não obstante, os pais podem procurar ainda por outros profissionais como terapeutas ou

neurologistas que também emitirão os chamados laudos médicos contendo a sua convicção do real problema observado.

Após a concessão do laudo médico, os pais comunicam os profissionais da escola a conclusão emitida por um ou vários profissionais consultados. Juntos, eles agora podem pensar na melhor maneira de desenvolver o ensino aprendizagem do estudante, além de organizar quais as intervenções e em que ordem estas devem ser realizadas para a melhora da aprendizagem do educando.

2.3 ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO E O IMPACTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Com o fechamento das escolas em março de 2020, uma tragédia já se anunciava: Como ficaria a educação? Profissionais e pais indagavam-se: Como os estudantes vão aprender a distância? Por quanto tempo o ensino remoto vai durar? O estudante que já tinha dificuldade e buscava por uma intervenção pedagógica, vai conseguir dar conta dos conteúdos em casa?

No início, não tínhamos nenhuma previsão de quanto tempo os profissionais da educação e estudantes ficariam em casa, e hoje, passados mais de um ano e sete meses convivendo com a pandemia, incertezas se fazem ainda muito presentes na maioria dos estados brasileiros que não tiveram a volta às aulas anunciadas.

Além do fato de que ninguém estava preparado para esse cenário, fazer com que estudantes de todas as idades e com todas as dificuldades já pré-existentes aprendessem durante o ensino remoto se tornou um enorme desafio, para os alunos, pais e principalmente para os professores que agora teriam que mediar o conhecimento, utilizando-se quase totalmente tecnologias digitais disponíveis.

No intuito de amenizar os efeitos na educação escolar durante a pandemia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou após um mês e dez dias sem aulas e ainda, sem previsão de volta, que em 2020, as escolas não reprovassem os estudantes por causa das dificuldades causadas pela pandemia de Coronavírus. Além disso, a norma flexibilizou o cumprimento de horas letivas obrigatórias na educação infantil, indicando que estes poderiam ter pouco mais da metade das 800 horas anuais, antes obrigatórias; sendo autorizado ainda que o ano letivo de 2020 pudesse continuar em 2021, abrindo dessa forma, a possibilidade de reposições de aulas que foram perdidas.

Observando o cenário que ainda vivenciamos, questiona-se: como tem sido realizados os diagnósticos das crianças e adolescentes que não tem apresentado um aproveitamento mínimo durante as aulas remotas? Sabe-se que em muitas escolas particulares este diagnóstico psicopedagógico foi realizado em reuniões online, entre alunos, pais e profissionais da educação. No entanto, como este mesmo trabalho psicopedagógico poderia ser realizado remotamente nas escolas públicas brasileiras, sabendo que o IBGE divulgou dados recentes no ano de 2020, em que 12,646 milhões de famílias brasileiras ainda não tem acesso à internet em casa?

Portanto, acredita-se que muitos desafios esperam os profissionais da psicopedagogia, principalmente nas escolas públicas brasileiras que não conseguiram se quer manter contato com muitos de seus estudantes durante a pandemia; não sabendo desta forma, de que maneira anda o ensino dentro de muitas famílias brasileiras consideradas socialmente vulneráveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A retomada escolar vem ocorrendo de forma gradual, por grupos, etapas e níveis. Em geral, várias medidas são recomendadas, e segundo a UNICEF, 2021:

Os protocolos envolvem questões como distanciamento físico dos estudantes, cuidado com aglomerações, escalonamento de horários de entrada e saída, reorganização do horário de merenda e sua oferta, com atenção especial para os talheres, pratos e alimentação, protocolos de higiene, uso de máscaras, lavagem das mãos com frequência, proteção aos funcionários mais velhos, intervalos e recreios alternados, atenção ao uso dos banheiros, atenção para as janelas e portas, dentre outras medidas.

Portanto, após apresentar a realidade vivida pela maioria dos estudantes de escolas públicas brasileiras, e quais medidas devem ser seguidas pelas escolas, abre-se espaço aqui, para indagarmos os desafios da psicopedagogia clínica na retomada escolar pós pandemia.

Sabe-se que em muitas escolas recebem relatos dos responsáveis, de que os estudantes não estão aprendendo de forma exitosa durante o ensino remoto. De forma alarmante, muitos solicitam a volta às aulas com urgência, pois perceberam que além de não absorverem o conteúdo enviado para casa, os estudantes ainda estão esquecendo o

que haviam aprendido anteriormente. Já os professores se queixam que muitos estudantes não têm acesso à internet, e mesmo aqueles que tem, estão agora desanimados, deixando de entregar suas atividades, aumentando a triste realidade da evasão escolar.

Por este motivo, é de fundamental importância que os professores, pedagogos e psicopedagogos compreendam que não dá para lidar com essa retomada como se fosse um período pós-férias dos estudantes, iniciando a matéria de onde parou no ensino remoto; E nesse sentido, pedagogos e psicopedagogos terão uma missão ainda maior, pois será necessário um grande plano estratégico para rever o conteúdo que foi perdido nesse tempo; Se antes eles intervinham na vida escolar dos estudantes que não obtinham os mínimos de 60% de aproveitamento, agora estes profissionais terão de reavaliar toda a escola para dar prosseguimento do ensino-aprendizagem destes estudantes.

Caso isso não seja feito, teremos muito perdas, que inclusive já foram mencionadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que divulgou em janeiro de 2021, um estudo que demonstrou que a perda na educação, causada pela Pandemia, poderá ser equivalente a um retrocesso de quatro anos na vida escolar de nossos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como referido no art. 205 na Constituição Federal de 1988, os estudantes têm direito a um ensino de qualidade, seja ele em escola regular ou especial, de forma presencial ou através do ensino remoto. No entanto, para que isso ocorra, é necessário um grande investimento governamental e uma intensa participação de todos dos envolvidos no processo educativo do estudante.

Em função disso, o primeiro passo é reconhecer que a pandemia trouxe lições importantes para a vida de todas as pessoas. Inclusive, ela evidenciou que os problemas já existentes se tornariam infinitamente maiores nas escolas brasileiras, pois o fracasso escolar que já existia, após a suspensão das aulas presenciais, somente aumentaria.

Por este motivo, evidencia-se em primeiro lugar, que a lei nº 10.891, de 20 de setembro de 2001, deve ser cumprida, pois ela traz orientações para o efetivo atendimento de estudantes que podem estar passando por necessidades educacionais, inclusive é autorizado pelo Poder Executivo nesses casos, a implantação da assistência

psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem.

Em segundo lugar, entende-se que para sanar este grande problema, necessitaremos de um grande plano estratégico que envolvam os profissionais da educação e principalmente os psicopedagogos clínicos nesta retomada escolar; pois estes últimos, compreendem que a forma de ensino e avaliação dos estudantes não deve ser a mesma para todos; e portanto, serão estes mesmos profissionais, os responsáveis por diagnosticar e se possível prevenir, os problemas de aprendizagem que causem o fracasso escolar dos estudantes.

Portanto, após a retomada escolar será necessário a confecção de um parecer individual, a até o momento, percebe-se que a melhor forma de o fazer, é desenvolvendo um diagnóstico psicopedagógico através de uma equipe multidisciplinar. Esta ferramenta tem se mostrado efetiva na avaliação processual dos alunos, pois ele considera, quando bem identificado, todas as particularidades do educando.

Realizar um diagnóstico psicopedagógico não é fácil, tão pouco rápido. Exige um levantamento de toda a vida do estudante, mobilizando todos aqueles que atuam no desenvolvimento do mesmo. No entanto, quando isso acontece, podemos ressignificar a vida do estudante, valorizando seu desenvolvimento, e contribuindo para sua efetiva aprendizagem no meio escolar, social e profissional.

Nada obstante, vale ressaltar que o problema não se resolve quando se tem em mãos um diagnóstico psicopedagógico. Confeccionar um laudo escolar, é tão somente categorizar um estudante, e por este motivo, deve-se lembrar que por trás de um laudo psicopedagógico, existe um estudante, que possui infinitas particularidades que devem ser levadas em consideração.

Pontua-se aqui, que para ajudar na melhoria o ensino de seus estudantes, na retomada escolar, o professor também pode utilizar as inúmeras tecnologias digitais existentes na educação, pois estas ferramentas têm se mostrado excelentes estratégias para se promover o aprendizado.

Com base na execução da lei, na observação atenta e no conhecimento compartilhado entre professores e psicopedagogos, torna-se possível desenhar as estratégias para a melhor aprendizagem dos estudantes nas escolas. Vale lembrar que ainda estamos vivenciando a pandemia do coronavírus, e de fato, ninguém estava

preparado para esta situação; infelizmente, não podemos voltar atrás e fazer um novo começo, mas podemos juntos agora elaborar um novo final.

5. REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Clarissa Guedes de: **Psicopedagogia clínica e as dificuldades de aprendizagem: diagnóstico e intervenção**; Curso de pedagogia da universidade do extremo sul catarinense – UNESC; Criciúma; 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/139/1/Clarissa%20Guedes%20de%20Arag%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 13 mai. 2021

BASSEADAS, E. **Intervenção educativa e diagnóstica psicopedagógico**. 3. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL, **Lei 9.394 De 20 De dezembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. **Construção da República Federalista do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de out. 1988.

BRASIL. **Lei 13.146 De 6 de julho de 2015**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 de jul. 2015.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. 1997. 79. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF, 1997.

BRASIL: **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de educação especial**. MEC. SEESP. 2001. 83.

BRASIL: **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 de jan. 2001

BRASIL: **Lei nº 10.891, de 20 de setembro de 2001**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 de jan. 2001

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS, Artmed, 2007.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística - 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb> Acesso em: 13 mai. 2021

PIRES et al; A escola na formação ética e moral do aluno; Revista UNIUBE: Educação e responsabilidade social; Uberaba; Set. 2015. (p.1-11).

SILVA, B.D: **A relevância do psicopedagogo institucional no processo educativo;** Universidade Cândido Mendes - pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento diretoria de projetos especiais instituto a vez do mestre; Manaus; março; 2008 Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/43384.pdf. Acesso em: 13 mai. 2021

WEISS, Maria Lúcia Lemme: **Psicopedagogia Clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar** / Maria Lúcia Lemme Weiss. – 12. Ed. Ver. E ampl. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2016